

---

# Boletim de Conjuntura Industrial IPEA/ABDI

## Junho de 2006 – Nº 8<sup>1</sup>

---

### Sumário

**Produção Física:** Indústria registra estabilidade (0,0%) em abril frente a março, com ajuste sazonal. No acumulado do ano, o crescimento é de 2,9% em relação aos quatro primeiros meses do ano passado. Bens de consumo duráveis e construção civil seguem tendo os melhores desempenhos. O PIB industrial cresceu 5% no primeiro trimestre na comparação com o mesmo período de 2005.

**Emprego e Salários:** No mês de abril houve manutenção da tendência de crescimento no número de vagas formais na indústria (78.481 novas vagas, ou 1,26%).

**Comércio Exterior:** As exportações até abril atingiram US\$ 39,191 bilhões, e as exportações de manufaturados cresceram +14,7% em relação aos primeiros quatro meses de 2005. Por sua vez, as importações cresceram 24,6% em relação ao primeiro quadrimestre de 2005, com destaque para a tendência crescente de importações de bens de capital iniciada em 2005.

**Investimento e Financiamento:** Quatro primeiros meses do ano registram ingressos líquidos de investimento estrangeiro direto de US\$ 4,75 bilhões. Desembolsos do BNDES em abril crescem 48% em comparação a abril de 2005, recuperando boa parte da queda no acumulado dos três primeiros meses do ano.

**Medidas da PITCE:** Medidas de desoneração fiscal para insumos da construção civil devem reforçar tendência de crescimento do setor. Caixa Econômica amplia financiamento ao comércio exterior, e planeja conceder R\$ 25 bilhões em créditos para pessoas jurídicas em 2006. A desoneração sobre o investimento produtivo no âmbito da PITCE deverá alcançar R\$ 6,1 bilhões, crescimento de 80% em relação a 2005.

**Nota setorial:** Análise das características do recente ciclo de expansão da indústria.

---

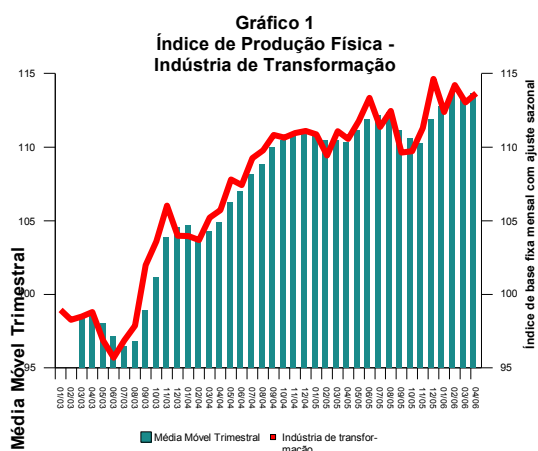
<sup>1</sup> Boletim editado por Bruno Araújo (IPEA – bruno.araujo@ipea.gov.br), Francisco Santos (IPEA – francisco.santos@ipea.gov.br), Luiz Bahia (IPEA – luizdias@ipea.gov.br) e Rogério Dias Araújo (ABDI – rogerio.araujo@abdi.com.br). Esta edição contou com a colaboração de Talita Daher (ABDI), Rafael Leão (ABDI) e Giovana Perfeito (ABDI).

---

## Produção Física

A Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física, do IBGE aponta estabilidade (0,0%) na produção industrial entre março e abril de 2006, com ajuste sazonal. Na comparação com abril de 2005, registra-se recuo de 1,9%, enquanto no acumulado do ano (1º quadrimestre) a taxa de crescimento é de 2,9%, em comparação com o mesmo período do ano passado. No acumulado de 12 meses, a taxa de crescimento em abril foi de 2,6%, menor que os 3,3% registrados em março.

Os resultados de abril refletem basicamente o menor número de dias úteis em abril de 2006 com relação a abril de 2005 (18 contra 20), não significando, portanto, indício de reversão de tendência. De fato, o indicador de média móvel trimestral permanece ligeiramente positivo, 0,2% na passagem de março para abril, e a taxa de crescimento do quadrimestre na comparação com o mesmo período do ano anterior mantém a sequência de taxas positivas iniciada nos quatro últimos meses de 2003, inclusive sendo maior que a registrada no último quadrimestre de 2005 (+0,9%).



Fonte: IBGE

O segmento de bens de consumo duráveis registrou a maior taxa de crescimento na passagem de março para abril (+1,7%), com ajuste sazonal, seguidos pelos segmentos de bens de consumo semi e não-duráveis (+1,3%), enquanto os segmentos de bens de capital (0,0%) e os bens intermediários (-0,1%) apresentam estabilidade na mesma comparação. Tanto no acumulado do ano (1º quadrimestre) quanto no de 12 meses, os bens de consumo duráveis continuam se destacando, apresentando taxas de crescimento 10,9% e 10,6%, respectivamente. Também na comparação de médias móveis trimestrais, os bens de consumo duráveis também lideraram, registrando crescimento de 0,9% entre março e abril.

Dos 23 setores pesquisados pelo IBGE, 14 apresentaram crescimento e 9 decréscimo entre março e abril, com ajuste sazonal. Dentre os que apresentaram crescimento, destacam-se a metalurgia básica (+4,2%), outros produtos químicos (+2,0%) e bebidas (+3,5%), e os setores que mais caíram nesta comparação foram a indústria farmacêutica (-7,0%) e de alimentos (-1,5%). Não obstante, o segmento farmacêutico apresenta crescimento no acumulado do ano (+5,29%) e dos últimos 12 meses (+11,46%). Outro setor que se destacou no acumulado do ano foi a linha marrom (36,01%) e o setor automotivo continua apresentando bons resultados nos indicadores de mais largo prazo (8,04%, no acumulado do ano e 9,56% no acumulado de 12 meses), apesar dos indicadores mensais apresentarem queda.

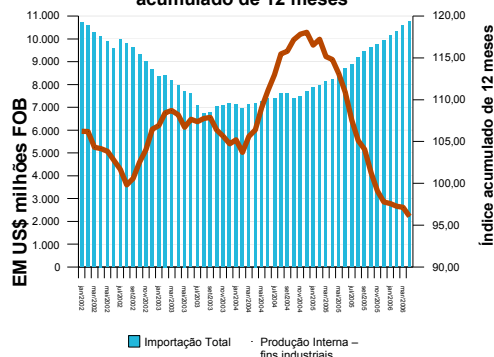
Ainda segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu

1,4% no primeiro trimestre de 2006 em comparação com os últimos três meses de 2005, com ajuste sazonal. Em relação ao mesmo período do ano passado, o crescimento foi de 3,4%. O IBGE apontou que o setor industrial teve o melhor resultado, com expansão de 5% em relação ao primeiro trimestre de 2005, enquanto que o setor de serviços subiu 2,8% e a agropecuária caiu 0,5%.

Os investimentos apresentaram crescimento de 9% no primeiro trimestre do ano em relação ao mesmo período de 2005, consistindo em um dos componentes de maior contribuição para o crescimento do PIB. O avanço dos investimentos foi influenciado pela queda gradual dos juros iniciada em setembro do ano passado e continuação do ritmo de crescimento da construção civil (7%). Vale destacar também que o consumo das famílias cresceu 4%, décimo aumento consecutivo, graças ao aumento da renda dos trabalhadores e do volume de crédito para pessoa física. As despesas do Governo cresceram 1,6% no trimestre.

Especificamente com relação aos investimentos, nota-se que boa parte se consubstanciou em equipamentos importados, enquanto a indústria nacional vem perdendo dinamismo desde o final de 2004 e começou a apresentar queda no acumulado de 12 meses desde novembro do ano passado. Este movimento foi intensificado pela valorização do Real e pela flexibilização do regime de *ex-tarifário* para a importação, a partir de meados de 2005. De fato, o segmento de bens de capital foi o que apresentou maior crescimento das importações em 2005, conforme notado no número 4 deste Boletim.

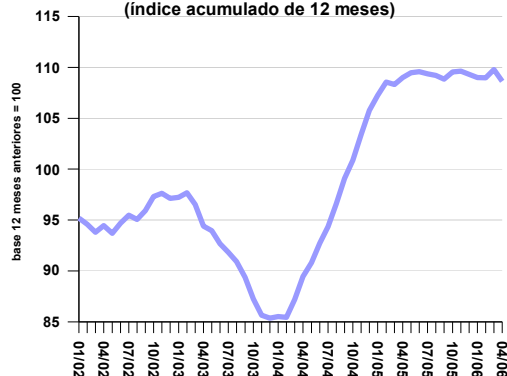
**Gráfico 2**  
Importação e Produção de Bens de Capital -  
acumulado de 12 meses



Fonte: IBGE e Secex

O segmento de construção civil mantém a tendência de crescimento iniciada em 2004 e intensificada pela ampliação do crédito, com impactos positivos sobre a geração de empregos. Abaixo, segue um gráfico com a produção acumulada de 12 meses de cimento e clínquer, um dos indicadores de nível de atividade do setor. O gráfico indica a manutenção de um patamar de crescimento anual de 10% ao ano desde abril do ano passado. Esta tendência pode ser reforçada pelas recentes medidas de desoneração tributária de insumos da construção civil, lançadas em fevereiro e comentadas mais adiante neste Boletim.. Em abril, a produção física de cimento e clínquer cresceu 0,82% em relação a abril de 2005.

**Gráfico 3**  
Evolução do Índice de Produção de Cimento e Clínquer  
(índice acumulado de 12 meses)



Fonte: IBGE

## Emprego e salários

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED – Ministério do Trabalho) o mercado de trabalho no mês de abril mantém a tendência de crescimento pelo terceiro mês consecutivo. O crescimento do emprego formal no mês foi de 0,87%, ou 229.803 novas vagas. A indústria de transformação criou 78.481 postos de trabalho, 1.014 menos do que em abril de 2005. Na mesma tendência, o comércio criou 26.656 vagas. O setor de serviços, com 72.627 novos cargos, acumula no primeiro quadrimestre do ano a criação de 231.327 novos postos de trabalho (+2,15%), pouco abaixo do registrado no ano passado (+ 46.772 postos, ou +2,42%). A construção civil continua gerando empregos, a despeito do período de chuvas, e em abril houve a geração de 12.628 novos postos de trabalho. No ano, este segmento já gerou 54.068 empregos.

Na indústria de transformação o crescimento verificado foi de 1,26%, enquanto em 2005, o mês de abril havia crescido 1,32%. Contudo, no acumulado do ano, 2006 apresenta resultado superior ao de 2005: 2,38% neste ano contra 2,19% ano passado. No acumulado dos últimos 12 meses o saldo de vagas formais foi de 192.494, representando um crescimento de 3,15%

Novamente, o maior destaque da indústria fica com a indústria de borracha, fumo e couros, com a criação de 4.243 vagas, 4,27% a mais que em abril de 2005. Outro destaque é o setor de têxtil e de vestuários com o segundo

maior número de contratações: 5.858. No entanto, esse resultado foi pior do que o do mesmo período do ano passado, quando o setor havia contratado 7.110 novos trabalhadores. O setor de produtos alimentícios e bebidas (o que mais emprega na indústria de transformação), gerou 4,5% menos vagas que em abril do ano passado, abrindo 48.675 vagas de trabalho.

Por sua vez, o IBGE em sua Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES), aponta que a indústria de transformação em março apresentou queda de 0,48% no emprego frente a fevereiro de 2006, com ajuste sazonal. Assim, a média móvel trimestral de março caiu 0,37% frente a de fevereiro. Em comparação ao mesmo período do ano anterior, a pesquisa aponta queda de 0,81%. No resultado acumulado dos últimos 12 meses, os empregos na indústria de transformação cresceram em 0,21%. Em março a folha salarial real sofreu uma pequena queda de 0,04%, frente a fevereiro. Porém, em relação ao mesmo mês do ano passado, houve crescimento de 0,21% e no acumulado dos últimos 12 meses o crescimento é de 2,36%. Em relação às horas pagas, o resultado de março frente a fevereiro, com ajuste sazonal, foi uma queda de 1,69%, enquanto que em relação ao mesmo período de 2005 a queda foi de 0,63%. No acumulado de 12 meses, houve crescimento de 0,26%.

## Comércio Exterior

No mês de abril de 2006, tanto as exportações como as importações continuaram crescendo expressivamente em comparação com 2005. As exportações atingiram o valor de US\$ 9,804 bilhões e as importações chegaram a US\$ 6,707 bilhões, gerando um *superávit* comercial de US\$ 3,907 bilhões. No acumulado do ano de 2006, as exportações totalizaram US\$ 39,191 bilhões, o que representa um crescimento de 16,5% em relação a 2005; as importações atingiram US\$ 26,755 bilhões, um crescimento de 24,6% em relação a 2005. No acumulado do ano o saldo comercial foi de US\$ 12,436 bilhões.

Excluídas as operações especiais, observamos que os produtos básicos apresentaram o maior crescimento das exportações acumuladas de janeiro a abril de 2006, relativo a 2005 (23,7%), resultado da antecipação de safra de produtos relevantes. No entanto os bens manufaturados ainda lideram a pauta das exportações, representando 56% das exportações no acumulado do ano.

**Tabela 1**  
Desempenho das Exportações por Classe de Produtos - US\$ Milhões

Classes de Produtos	Jan-Abril 2005	Jan-Abril 2006	Tx. Cresc. (%)
Básicos	8.741	10.813	23,7%
Semimanufaturados	5.042	5.314	5,4%
Manufaturados	19.226	22.059	14,7%
Op. Especiais	644	1.005	56%
<b>Total</b>	<b>33.653</b>	<b>39.191</b>	<b>16,4%</b>

Fonte: SECEX/MDIC

Pela tabela abaixo, percebe-se que a principal contribuição para esse incremento de produtos básicos nas exportações foi o aumento dos preços. O índice de preço para produtos básicos foi de 17,4 enquanto o índice de *quantum* foi de apenas 5,7.

**Tabela 2**  
Variação dos Índices de Preços e Quantum Janeiro/abril 2006

Classes de Produtos	Preço	Quantum
<b>Exportação Total</b>	11,6	4,4
<b>Básicos</b>	17,4	5,7
<b>Semimanufaturados</b>	6,1	-0,6
<b>Manufaturados</b>	9,3	4,8

Fonte: Funcex

A tabela seguinte mostra os dez produtos de melhor desempenho nas exportações entre janeiro e abril de 2006 em relação ao mesmo período de 2005. Óleos brutos de petróleo, “fuel-oil” e minérios de ferro não aglomerados apresentaram as maiores variações absolutas. Entretanto, destaca-se também as variações em aviões e automóveis.

**Tabela 3**  
Dez Principais Produtos com Variação Absoluta Positiva nas Exportações (em US\$ mil)

PRODUTOS	Jan-Abril 2006	Variação Absoluta	Tx. Cresc. (%)
Óleos brutos de petróleo	1.719.228	903.550	110,77%
“Fuel-oil”	747.302	474.063	173,5%
Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	1.597.565	462.500	40,75%
Outros grãos de soja, mesmo triturados	1.624.150	442.497	37,45%
Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados	968.343	332.849	52,38%

PRODUTOS	Jan-Abril 2006	Variação Absoluta	Tx. Cresc. (%)
Outros aviões/veículos aéreos, peso > 15000kg, vazios	640.951	291.892	83,62%
Outras gasolinas	421.837	212.300	101,32%
Açúcar de cana, em bruto	788.559	195.117	32,88%
Automóveis c/ motor explosão, 1000<CM3<=1500, até 6 passageiros	411.877	181.264	78,60%
Alumínio não ligado em forma bruta	467.567	166.372	55,24%
<b>Total</b>	<b>9.387.377</b>	<b>3.662.404</b>	<b>63,97%</b>
<b>Total das Exportações</b>	<b>39.190.798</b>	<b>5.538.131</b>	<b>16,46%</b>

Fonte: SECEX/MDIC

Quanto às importações, vale notar que o maior crescimento acumulado em 2006 frente ao mesmo período de 2005 foi o de bens de consumo duráveis, sendo a importação de automóveis, com crescimento de 78,5%, um dos principais responsáveis por esse desempenho. Além disso, a importação de máquinas e aparelhos de uso doméstico cresceu 81,5%.

**Tabela 4**  
**Importações por Categoria de Uso**  
US\$ Milhões

Categoria de uso	Jan- Abril 2005	Jan- Abril 2006	Tx. Cresc. (%)
<b>Bens de Capital</b>	4.411	5.708	29,4%
<b>Matérias-primas e Intermediários</b>	11.426	13.249	16%
<b>Bens de Consumo Não-duráveis</b>	1.344	1.691	25,8%
<b>Bens de Consumo Duráveis</b>	1.083	1.586	46,4%
<b>Combustíveis e lubrificantes</b>	3.214	4.521	40,6%
<b>Total</b>	<b>21.478</b>	<b>26.755</b>	<b>24,5%</b>

Fonte: SECEX/MDIC

Finalmente, entre os bens de capital, o destaque das importações foi equipamento fixo de transportes, com crescimento de 114,6%, seguidos por equipamentos móvel de transporte, com 35,2%, e máquinas e aparelhos de escritório, serviço científico, com crescimento de 34,5%.

## Investimento e Financiamento

Em abril, o ingresso de investimentos estrangeiros diretos (IED) líquidos totalizou US\$ 790 milhões, sendo US\$ 689 milhões correspondentes a participações acionárias e US\$101 milhões em recursos líquidos de empréstimos intercompanhias. Os ingressos em participação acionária para o setor de serviços foram de US\$ 787 milhões ante US\$ 484 milhões para a indústria. No acumulado do ano, ambos os setores têm aproximadamente 46% e os 8% restantes são devidos à agricultura.

No acumulado do ano, o IED alcançou US\$ 4,75 bilhões, enquanto que, em igual período de 2005, US\$ 6,48 bilhões foram registrados.

Os desembolsos do BNDES em abril apresentaram expressivo crescimento de 48% em relação ao mesmo período do ano passado, atingindo R\$ 3,8 bilhões. Agora, os desembolsos acumulados no ano saltaram para R\$ 10,58 bilhões, ainda configurando uma queda de 12% em relação ao mesmo período do ano



passado. A tendência é de recuperação dessa queda uma vez que a quantidade de aprovações, etapa anterior do processo de empréstimo, tem apresentado aumento constante nos últimos meses. As liberações para a indústria foram responsáveis pela maior parte deste

crescimento e somaram R\$ 2,3 bilhões, superando em 97% os R\$ 9,7 bilhões de Abril do ano passado. Outro destaque foi o setor de infra-estrutura que recebeu créditos de R\$ 1,1 bilhão.

## **Acompanhamento das medidas da PITCE**

Em 07 fevereiro de 2006, pelo decreto N. 5.697, o governo desonerou do Imposto de Produtos Industrializados (IPI) uma lista de produtos da construção civil. Alguns sofreram redução de 5% para 0% de IPI e outros tiveram redução de 10% para 5% de IPI. No total, foram contemplados 27 produtos. As medidas de desoneração devem reforçar o ciclo de expansão do segmento de construção civil, ainda que não disponhamos de dados para mensurar plenamente seus efeitos.

A parceria entre o setor privado e a Caixa Econômica Federal tem evoluído bastante. Em 2004, a CAIXA concedeu crédito para pessoas jurídicas no valor de R\$ 8,92 bilhões. Em 2005, o montante saltou para R\$ 16,46 bilhões e, em 2006, o objetivo é conceder empréstimos na ordem de R\$ 25 bilhões. Mais reconhecida no segmento de habitação, que apresenta orçamento específico, a CAIXA também apóia iniciativa em outros segmentos, a saber: Cadeia da Construção Civil, Educação, Saúde, Arranjos Produtivos Locais (APL) e Franquias.

Em convênio com a FINEP, dois programas (HABITARE e PROSAB) receberão aporte de R\$ 1 milhão e R\$ 1,4 milhão respectivamente para a execução de projetos relacionados à inovação tecnológica para o desenvolvimento urbano. O segmento de APL recebeu, no

1o. semestre do ano passado, R\$ 300 milhões divididos pelas empresas que pertencem aos 56 arranjos produtivos apoiados pelo banco. A estratégia atual da CAIXA para o comércio exterior, por sua vez, prioriza empresas de menor porte e tem obtido avanços tanto no que se refere ao montante envolvido quanto na carteira de produtos oferecida. O crescimento expressivo da cadeia de construção civil, destacado neste Boletim, está diretamente ligado à expansão do crédito imobiliário cujo maior agente é a CAIXA.

A desoneração do setor produtivo é um dos principais fundamentos para o desenvolvimento industrial intimamente relacionada com a própria construção da PITCE. Uma série de medidas já foi tomada e a desoneração tributária em 2006 deve alcançar R\$ 19,24 bilhões, 46% maior do que o montante obtido em 2005. A desoneração sobre o investimento produtivo alcançará R\$ 6,1 bilhões, crescimento de 80% em relação a 2005. As medidas incluíram a eliminação do IPI para bens de capital e o diferimento do seu recolhimento, redução de impostos para equipamentos importados sem similar nacional e depreciação acelerada. Um projeto de lei, em tramitação no Congresso nacional, trata do programa pré-empresa que objetiva estimular a formalização de pequenos negócios.

Em linha com a desoneração do investimento, o BNDES anunciou recentemente a revisão de suas políticas operacionais que incluem a redução de *spread* para investimentos em inovação tecnológica. Esse conjunto de ações busca melhorar o ambiente institucional e criar condições para o aumento da capacidade produtiva.

A ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), em parceria com a Casa da Moeda do Brasil, firmou acordo para aprimorar os mecanismos de

autenticidade e rastreabilidade de produtos farmacêuticos, cosméticos, saneantes e produtos para a saúde no Brasil. Outra ação importante é a melhoria do sistema Datavisa, que agrega as informações dos atuais sistemas da Agência e é acessado pela Vigilância Sanitária em todo o País. A base reúne dados sobre os produtos, autorizações de empresas, tramitação e arquivamento de documentos. Ambos os projetos estão de acordo com as prioridades definidas pelo GT Política de Biotecnologia e Fármacos.

## Conclusão

---

Os resultados para o mês de abril de 2006 indicam a manutenção do ritmo de crescimento que passou a vigorar a partir do final do ano passado, em que pesem os dois dias úteis a menos que no ano passado no mês de abril. Os principais destaques seguem sendo os bens de consumo duráveis e a construção civil, beneficiada pela recuperação do emprego e renda a partir de 2004 e pela ampliação de financiamento, e medidas de desoneração dos insumos deste segmento devem reforçar esta tendência.

Com relação ao crescimento do PIB verificado no primeiro trimestre, grande relevância teve o crescimento do investimento, ainda que na indústria de transformação ele tenha se consubstanciado nos últimos meses em importações de bens de capital. Nos últimos trimestres, as exportações foram a componente de maior dinamismo para o crescimento. Se o investimento privado assumirá este papel é uma questão em aberto.



## Algumas características do atual ciclo de expansão da indústria brasileira

Luiz Dias Bahia

### 1. Antecedentes.

O atual ciclo de crescimento da indústria brasileira foi antecedido por praticamente duas décadas de desempenhos favoráveis pontuais. Ou seja, desde o início da década de 1980, quando coincidiram dois fenômenos importantes (a crise da dívida externa e o fim do ciclo expansivo iniciado na década de 1960 – o Milagre Brasileiro), têm ocorrido no Brasil retomadas do crescimento que não se firmam e, em pouco tempo (às vezes um ano), dão espaço a trajetórias de fraca expressão. Foram recorrentes, no passado recente, pelo menos três problemas: a restrição externa, os limites de capacidade instalada e a inflação.

Entretanto, entre a década de 80 e a de 90, há uma diferença: a abertura comercial. Enquanto na primeira década viveu-se uma continuidade do ambiente concorrencial anterior, onde a inércia inflacionária era seguida por uma tentativa empresarial de controlar verticalmente a cadeia produtiva e, assim, garantir sua rentabilidade num ambiente de alta incerteza – na segunda década observamos um movimento oposto: as empresas vendem seus ativos menos importantes, procurando se concentrar no seu *core business*, como estratégia para enfrentar a concorrência externa e o ambiente, ainda, de incerteza elevada. Deve-se salientar que, neste segundo momento, alguns elementos (apesar de não serem os únicos) responsáveis pelo ambiente de incerteza, foram temporariamente equacionados, ou seja, a

questão da dívida externa e a da dívida pública interna.

Uma vez passado o primeiro momento da abertura, e depois da estabilização inflacionária (pelo menos quanto à inercialidade dos reajustes de preço) do Plano Real, ocorreu um ciclo expansivo curto, denominado de “mini-ciclo de modernizações” na literatura especializada. Tratou-se de um certo revigoramento do investimento, entre 1994 e 1997, cujo *leitmotiv* foi uma certa recomposição na margem da eficiência marginal do capital instalado, a partir do esgotamento de um primeiro movimento de racionalização produtiva (mais no início da abertura comercial), para investimentos em modernização, apesar das taxas de juros relativamente elevadas do período. Esse “mini-ciclo” se encerra definitivamente em 1998, após a reação brasileira à Crise Asiática.

Depois da desvalorização cambial de 1999, esboça-se novo ciclo expansivo em 2000 que, entretanto, teria curta duração devido a dois problemas-chave: primeiro, o racionamento de energia elétrica em 2001; segundo, a própria restrição externa (devido à transferência para o mercado interno de parte importante do produto exportável), apesar do bem sucedido controle inflacionário.

### 2. Evolução de alguns componentes privados da demanda efetiva.

Numa economia mercantil, por mais simples que seja, o princípio da

demanda efetiva está presente. Sua formulação básica pode ser expressa de forma simples: não é possível, para um agente econômico, decidir o quanto vai ganhar; mas é possível decidir o quanto vai gastar. Assim, é importante, para entendermos o atual ciclo de expansão, também detectar quais os fatores têm puxado a demanda.

Um aspecto seria a evolução do rendimento médio real habitual das pessoas ocupadas nas Regiões Metropolitanas, um dado do IBGE. Nota-se que, comparando a variação mensal de cada ano contra o mesmo mês do ano anterior, essa mesma variação só se torna positiva a partir de julho de 2004. Após este período, as variações mensais se tornam positivas (exceto em agosto de 2004 e junho de 2005), na casa de 1% e 1,5%, passando para um patamar mais elevado (acima de 2%) a partir de agosto do 2005.

Um aspecto análogo dessa questão é a evolução da população ocupada e empregada das Regiões Metropolitanas fornecida pelo IBGE. Ao contrário do indicador anterior, pode-se observar que, na variação mensal contra mesmo mês do ano anterior, o incremento do emprego ocorre de forma positiva desde início de 2003. Deve-se observar ainda que esse incremento, da ordem 2% e 3%, tende a aumentar com o tempo, atingindo patamares de 4,5% e 5,5% em 2005.

Acreditamos poder concluir, a essa altura, que a demanda efetiva pelo lado da remuneração das pessoas físicas tem contribuído positivamente mais pelo lado do volume de empregos gerados do que pelos ganhos salariais médios reais, apesar desses últimos também terem se apresentado em tendência de crescimento (mais modesta do que a do emprego). É importante ressaltar que isso indica,

provavelmente, não ter sido a demanda interna de pessoas físicas que induziu ao início do ciclo expansivo a partir de meados de 2003.

Outro indicador é o de volume de vendas no varejo, do IBGE. Corroborando as colocações anteriores, podemos notar que, na variação mensal contra o mesmo mês do ano anterior, sua variação mensal é negativa durante todo ano de 2003, tornando-se positiva só em dezembro desse ano. Entretanto, a partir desta data, sua variação mensal é surpreendentemente positiva em todos os meses, chegando a valores da ordem de 10% entre abril e julho de 2004, e em dezembro de 2004 – e surpreendente não apenas pela magnitude dos valores, mas também por atravessar períodos de política monetária restritiva, como os de 2005, com valores de 4,5% a 5%. Assim, parece-nos que, realmente, não foi a demanda interna de pessoas físicas a responsável pelo início do ciclo em 2003. Entretanto, parece estar se constituindo num importante fator de sustentação do ciclo.

Sob um outro aspecto, podemos observar a evolução das operações de crédito com recursos livres de pessoas físicas do Sistema Financeiro, que constam no Boletim do Banco Central. Estas informações sinalizam a oferta de crédito a pessoas físicas pelas instituições financeiras brasileiras. Comparando sua evolução notamos que, na variação mensal em relação ao mesmo mês do ano anterior, a variação mensal é positiva e alta (da ordem de 10% a 15%) desde início de 2003. Esta variação mensal se mantém positiva e crescente desde então, atingindo o auge entre maio e agosto de 2005 (atinge valores acima de 25%), quando então volta a valores médios da ordem de 15%. Esse comportamento é interessante por sinalizar que provavelmente os dinamizadores de

demanda de pessoas físicas sustentadores do ciclo se devem, em ordem de importância: ao crescimento do emprego, ao aumento da oferta de crédito a pessoas físicas, ao crescimento real dos salários.

Um outro componente da demanda a ser considerado é o valor (em US\$) das exportações brasileiras desde 2002 até 2005. O crescimento a cada ano, em relação ao ano anterior, é o seguinte: 3,67% (2002), 21,08% (2003), 32,01% (2004) e 22,63% (2005). Nota-se claramente o crescimento após 2003, ficando claro que a demanda externa provavelmente foi a responsável pelo início do ciclo expansivo em 2003, já que, como vimos, o próprio varejo apresenta variações negativas em 2003. Um outro aspecto importante a ser observado é o seguinte: durante o forte crescimento de 2004, o crescimento das exportações não se arrefece, como ocorrera em 2000 – logo, pode-se sinalizar para um horizonte em que a restrição externa, se não foi amplamente superada (já que há no período um contexto de crescimento da economia mundial favorável), caminha para tal. Finalmente, pode-se observar que a demanda externa tem se constituído também, junto aos fatores já citados da demanda interna, num sustentador de crescimento durante os períodos de política monetária mais restritiva.

Um último aspecto a ser observado é o da Formação Bruta de Capital Fixo. Por um lado, deve-se observar que seu índice, tirado do Sistema de Contas Nacionais trimestrais do IBGE, mostra valores relativamente estagnados em 2003, mas crescentes desde 2004 (o índice mais alto ocorre no terceiro trimestre de 2004). Por outro lado, sua variação ainda é relativamente baixa, se comparada à do varejo e das exportações.

### **3.Aspectos setoriais da expansão cíclica.**

O complexo que liderou a reativação do crescimento após 2003 foi o metal-mecânica, principalmente bens de capital e bens de consumo duráveis para exportação. Entretanto, em 2004 o setor de bens de capital perdeu fôlego, ao passo que o de bens de consumo durável aprofundou sua liderança, com taxas particularmente elevadas. Entretanto, em 2005, com a política monetária mais restritiva, para conter a inflação, o setor de bens de consumo duráveis continuou a liderar o crescimento, mas em taxas mais modestas. O perfil de 2006 é bem semelhante ao de 2005. O fato do complexo metal-mecânica estar liderando o crescimento é muito favorável, pois é o complexo com maior capacidade de encadeamento para frente e para trás. Entretanto, a liderança, dentro deste complexo, dos bens de consumo duráveis, suscita cuidados, pois nossa história recente (nos últimos 35 anos) mostra que tal segmento tende a entrar em problemas de realização dinâmica, ao tentar crescer à frente da demanda. A solução para este problema é o setor de bens de capital liderar o crescimento, pois isso significa não apenas uma expansão retroalimentadora da renda das famílias, quanto uma expansão da capacidade produtiva e maior difusão de progresso técnico, resolvendo por antecipação, assim, os gargalos possíveis do crescimento.

A retomada de 2003 não foi acompanhada sob o mesmo diapasão pelos demais complexos. O complexo química teve crescimento moderado em 2003. Em 2004 há um crescimento setorial maior, mas muito mais modesto que o do metal-mecânica. Em 2005, com

crescimento geral mais modesto, alguns setores da química apresentam até retração mensal. O quadro em 2006 é semelhante ao de 2005. O importante a salientar aqui é que o complexo química não teve seus setores aumentando fortemente seu crescimento, como o de bens de consumo duráveis no metal-mecânica, não lhe cabendo assim nenhum papel de liderança.

Os complexos têxtil, agroindústria e construção geralmente vêm estimulados pelo crescimento dos dois complexos anteriores. Isso de fato ocorreu, mas de forma diferenciada, segundo o complexo. O complexo têxtil, por exemplo, apresentou um comportamento atípico, ou seja, desacelerou antes dos líderes, em 2005. Entretanto, esse comportamento se deve à concorrência com os têxteis chineses, potencializada pela apreciação cambial, o que também afetou desfavoravelmente o setor de calçados.

O complexo construção começou em 2004 a crescer devido à melhoria da renda das famílias, e consolidou seu crescimento com a injeção do financiamento imobiliário e das obras públicas. Entretanto, seus setores não têm crescido de forma homogênea, cabendo ênfase ao setor de “cimento e clínquer”.

Já o complexo agroindústria vinha com desempenho positivo antes do início do atual ciclo de expansão. Entretanto, seu crescimento, apesar de contínuo depois de 2003, mantém-se em taxas mais modestas, com oscilações razoáveis em “álcool” e/ou derivados de soja.

#### **4. Conclusão.**

O atual ciclo de expansão tem apresentado um movimento bastante satisfatório ante à necessidade de políticas monetárias restritivas de contenção inflacionária. Entretanto, seu

maior desafio nos parece ser o de estimular fortemente o setor de bens de capital, devido a sua capacidade de crescimento com geração simultânea de renda e capacidade produtiva. Deve-se salientar, afinal, uma característica nova do atual ciclo, em relação à década de 90: o crescimento com forte ampliação de emprego. Em termos dinâmicos, essa geração ainda é insuficiente, mas sua sustentação nos atuais patamares é um dado auspicioso.

ANEXO – ÍNDICE DE PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL (DESSAZONALIZADO)

Setores Industriais	Mês													Var. % abr-06/mar-06
	04/05	05/05	06/05	07/05	08/05	09/05	10/05	11/05	12/05	01/06	02/06	03/06	04/06	
<b>1. Indústria geral</b>	111,03	112,43	114,23	111,95	112,99	110,57	110,96	111,88	114,63	113,04	114,28	113,9	113,86	-0,04%
<b>2. Indústria extrativa</b>	121,59	124,33	123,91	121,86	121,83	122,72	123,43	123,66	123,8	126,61	126,05	127,16	127,36	0,16%
<b>3. Indústria de transformação</b>	110,56	111,77	113,34	111,36	112,45	109,63	109,73	111,29	114,63	112,38	114,22	113,04	113,65	0,54%
<b>3.1 Alimentos</b>	108,38	103,66	104,33	102,72	101,45	101,2	101,45	103,49	104,18	103,74	104,27	104,79	103,24	-1,48%
<b>3.2 Bebidas</b>	104,27	107,34	108,1	105,05	110,12	108,44	108,63	109,78	110,43	113,66	116,68	109,8	113,66	3,52%
<b>3.3 Fumo</b>	100,53	112,89	119,86	117,41	183,71	113,38	113,75	103,23	103,69	108,29	108,75	99,3	100,58	1,29%
<b>3.4 Têxtil</b>	103,42	104,78	104,6	103,3	102,09	102,01	98,99	102,66	104,71	105,62	107,19	106,54	106,88	0,32%
<b>3.5 Vestuário e acessórios</b>	89,63	88,4	88,37	82,54	80,19	80,39	78,33	79,01	81,25	84,92	87,56	82,44	83,29	1,03%
<b>3.6 Calçados e artigos de couro</b>	90,18	89,3	91,18	89,5	89,25	85,59	87,3	86,14	90,09	89,73	89	87,33	86,23	-1,26%
<b>3.7 Madeira</b>	112,84	112,59	113,42	107,97	104,26	102	97,94	103,38	104,62	106,65	107,43	99,49	105,41	5,95%
<b>3.8 Celulose, papel e produtos de papel</b>	117,38	119,04	118,48	121,15	114,75	117,64	118,9	119,98	121,95	121,08	119,94	122,3	122,61	0,25%
<b>3.9 Edição, impressão e reprodução de gravações</b>	95,09	104,05	104,24	101,5	109,14	105	107,25	137,5	132,35	106,45	97,84	108,28	106,71	-1,45%
<b>3.10 Refino de petróleo e álcool</b>	95,9	103,64	100,74	103,3	105,7	101,75	102,71	101,74	103,97	102,79	104,14	103	103,78	0,76%
<b>3.11 Farmacêutica</b>	105,06	103,91	103,17	108,63	110,19	105,88	107,17	108,96	117,63	103,73	126,85	107,91	100,31	-7,04%
<b>3.12 Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza</b>	121,91	112,49	120,32	117,54	115,23	111,8	109,55	117,41	120,62	121,93	115,33	117,42	115,05	-2,02%
<b>3.13 Outros produtos químicos</b>	109,59	109,69	107,7	107,53	107,39	109,48	110,1	107,84	108,46	108,26	106,82	108,03	110,18	1,99%
<b>3.14 Borracha e plástico</b>	102,22	103,97	105,11	101,97	103,8	102,94	101,05	102,64	103,78	105,27	105,72	104,78	106,45	1,59%
<b>3.15 Minerais não metálicos</b>	105,06	104,66	105,11	103,26	103,21	103,74	102,02	104,25	106,14	107,81	105,58	103,84	103,43	-0,39%
<b>3.16 Metalurgia básica</b>	107,56	102,72	105,2	105,09	107,25	108,62	108,96	108,08	110,2	109,68	103,92	104,58	108,91	4,14%
<b>3.17 Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos</b>	103,4	103,52	105,56	104,05	104,54	101,04	99,67	102,24	104,73	103,39	103,38	101,36	101,5	0,14%
<b>3.18 Máquinas e equipamentos</b>	121,51	123,82	123,88	119,44	123,04	116,01	116,17	117,73	121,66	121,5	124,54	122,4	120,98	-1,16%
<b>3.19 Máquinas para escritório e equipamentos de informática</b>	148,1	172,81	174,06	182,2	189,67	177,75	196,07	195,9	207,51	202,09	189,91	252,13	225,4	-10,60%
<b>3.20 Máquinas, aparelhos e materiais elétricos</b>	110,85	113,18	116,78	114,02	116,95	118,64	121,63	128,35	139,09	129,63	128,64	125,78	128,16	1,89%
<b>3.21 Material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações</b>	134,79	144,34	157,88	142,57	138,01	138,25	129,74	124,5	140,62	138,76	145,22	150,67	147,15	-2,34%
<b>3.22 Equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros</b>	109,02	107,14	115,93	116,42	115,98	110,39	102,65	115,68	93,84	99,55	102,98	124,58	110,5	-11,30%
<b>3.23 Veículos automotores</b>	145,23	143,19	154,39	147,08	147,3	140,85	141,78	143,47	151,76	140,89	147,01	144,16	143,33	-0,58%
<b>3.24 Outros equipamentos de transporte</b>	124,97	126,81	135,8	125,75	132,16	125,6	125,02	124,01	137,85	131,81	136,09	123,43	128,69	4,26%
<b>3.25 Mobiliário</b>	99,13	101,69	108,34	99,28	93,54	87,88	93,3	98,21	103,59	99,11	101,89	100,66	100,37	-0,29%
<b>3.26 Diversos</b>	104,17	97,16	117,06	118,12	140,84	137,79	126,03	129,79	118,31	108,85	96,38	126,81	92,66	-26,93%

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física. Base média 2002=100.